

An aerial photograph of a dense urban area. In the upper left, a tall, white, multi-story building with a red roof stands out. To its right, a large, light-colored building with a flat roof is visible. In the foreground, a large, light-colored building with a flat roof dominates the lower right. To its left, a smaller building with a red roof and a chimney is visible. The background shows a dense cluster of buildings, including a tall, thin chimney on the right side. The overall scene depicts a complex urban landscape with various building types and heights.

O lojista Fernando Cerqueira retira o que pode do meio dos escombros

Comerciantes têm direito à compensação

Os comerciantes que tiveram seus estabelecimentos interditados ontem pela Coordenadoria de Defesa Civil (Codesal) devido ao desabamento do prédio na Barroquinha têm direito a uma compensação da prefeitura, conforme afirma Yuri Vasconcelos, advogado que atua na área de responsabilidade civil. Yuri também é mestrando em direito público pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Segundo ele, o poder público tem que dar meios para que os comerciantes possam se manter, como forma de compensar os dois valores que estão sendo confrontados: a da segurança coletiva, com a interdição da área que oferece risco aos que circulam na região, e do direito da exploração da atividade econômica. "Se o poder público impede a exploração da atividade econômica local, tem que garantir uma compensação para os prejudicados", afirma.

rie diz, ainda, que os donos dos estabelecimentos devem buscar a prefeitura para ter os direitos garantidos. "A prefeitura tem duas opções para fazer a compensação: de maneira voluntária, sem que os envolvidos precisem entrar na Justiça; e a outra, que pode ser feita de forma isolada ou coletivamente, é uma ação judicial contra a prefeitura. Para isso, é necessário um advogado", conclui.

Desabamento na Barroquinha revela descaso

  Continue comentando. Para participar, acesse www.abarda.com.br.

São 82 imóveis que correm maior risco. O que você acha que deve ser feito agora?

Visita
Isso lembra que a prefeitura tem que visitar os bairros mais carentes, evitando assim acidentes que resultem em mortes, antes das chuvas e desabamentos.
Alaine Barbosa

ADILSON FONSECA
 dafonseca@tarde.com.br

O prédio de nº 2, na Ladeira da Barroquinha, que desabou na madrugada de ontem, já estava condenado pela Coordenação de Defesa Civil de Salvador (Codal) desde 28 de agosto do ano passado. Proprietária do imóvel, a Associação dos Caixeiros Viajantes da Bahia tinha sido notificada pela Sucom (Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município) para que desocupasse o local e fizesse as reformas.

Num levantamento técnico feito no ano passado pela Codelas em 414 imóveis espalhados pelo Centro Histórico, Comércio, Barbalho e Cidade Baixa, foi constatado que apenas 194 deles foram considerados seguros para serem ocupados, 92 apresentavam pequenos problemas estruturais, 46 necessitavam de intervenções imediatas, mas sem riscos iminentes de desabamentos, e outros 82 apresentavam

riscos de desabamentos.

No desabamento parcial (já que a fachada continua de pé), ocorrido ontem pela manhã, ficaram destruídas as três lojas que funcionavam no andar térreo e parte das dependências de um hotel de pernoite, que funcionava nos dois andares superiores. Não houve feridos, mas, no final da manhã, uma outra parede lateral do prédio desabou, causando pânico entre os comerciantes das lojas próximas e os pedestres que passavam pelo local. A Polícia Militar interditou a rua e a Codesal determinou que as demais lojas fechassem as portas, por causa do risco de novos desabamentos.

A vistoria feita no imóvel pela Codestal no ano passado havia constatado que o local não oferecia condições de ser ocupado. Na ocasião, foi encaminhado um relatório à Sucom, que notificou os proprietários do imóvel, que, por sua vez, se comprometeram em fazer as reformas. Contudo, conforme denunciaram os três locatários das lojas que funcionavam no andar térreo do prédio, apesar dos constantes alertas, nenhuma medida foi adotada no período.

AVALIAÇÕES – Apesar do alerta dos técnicos da Defesa Civil, com cópias do estudo sido enviada para o governo do Estado, através da Conder (Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia) e Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a maioria dos prédios continua na mesma situação de riscos, ocupados por famílias e tendo atividades comerciais.

Nos 82 prédios considerados em situação de maior risco, residiam, até o ano passado, 530 pessoas, a maioria delas locatários dos imóveis e que, mesmo tendo sido notificadas pela Codesal,

permanecem no local. "É uma situação em que a vida humana fica em perigo, e a interdição desses imóveis seria o melhor caminho, mas encontramos dificuldades porque a maioria desses imóveis é tombada", se queixa o secretário municipal de Habitação, Antônio Eduardo Abreu.

Ontem o chefe da equipe de vistoria do Iphan, Bruno Tavares, e a arquiteta Maria Rocha Andrade, também do órgão, disseram que o imóvel parcialmente destruído não é tombado individualmente, mas faz parte da área poligonal tombada no entorno da Igreja da Barroquinha. Bruno explicou que será preciso uma análise prévia para saber se haverá condições de o prédio, do qual restou a fachada principal, ser ou não recuperado, mas adiantando que só haverá demolição caso haja impossibilidade de restauração. "Não podemos nos esquecer que faz parte de uma área tombada", afirmou.

AÇÃO URGENTE – O secretário de Habitação de Salvador, Eduardo Abreu, por sua vez, explicou que não é atribuição da Codetal demolir imóveis – essa tarefa cabe à Sucom. Mas, mesmo nos casos em que a interdição é recomendada, por se tratar de áreas tombadas, só pode intervir com a anuência do órgão federal. Ele disse que será preciso uma ação conjunta entre o Iphan, Conder (que é o órgão que cuida da parte operacional do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – Ipac) e a própria Codetal para uma ação urgente. Com o aumento das chuvas, a maior preocupação da prefeitura é que muitos dos imóveis relacionados como de risco não têm obras de restauração. “Em situações como essa, o melhor caminho é a interdição para se evitar uma tragédia”, disse.

morador Ibernón Rodrigues, de 52 anos, que atua como uma espécie de síndico, representando os outros moradores.

Ibheron fala pelos demais moradores, explicando que todos sabem dos riscos e que vivem com medo, e que "somente a graça de Deus não permitiu que o prédio desabasse". Ele diz que a última reforma foi feita em 1988, com a substituição de algumas madeiras do telhado e reforço em algumas paredes internas. "Mas para sair daqui só se tivermos onde morar", afirma.

Na relação elaborada pela Codetal no ano passado, a maior parte dos imóveis de alto risco está no Centro Histórico, numa

área que vai do Largo Dois de Julho ao Santo Antônio. Dez dos imóveis relacionados estão na área de restauração da 7ª Etapa do Centro Histórico, e quatro estão sob intervenção de obras da Conder.

LEI – Pela Lei 5.907, de 2004, da Sucom, cabe ao proprietário do imóvel restaurá-lo. “O nosso grande problema é que, na maioria das vezes, o imóvel é tombado, e não pode ser demolido, mas sim restaurado, o que é um processo demorado. Ou, então, os donos não são encontrados, e mesmo quando esses imóveis são interditados, acabam sendo invadidos”, explicou. (A.F.)

aconteceu pela madrugada. "Minha loja é frequentada por várias gestantes e crianças. E se fosse durante o dia, seria uma catástrofe", disse. Segundo ele, na véspera, a associação foi alertada sobre os riscos, "e não se fez nada, e agora estamos no prejuízo".

Um dos diretores da Associação dos Caixeiros Viajantes, Zilton Silveira, disse que o prédio tem aproximadamente 60 anos de construído e que passou por reformas há cerca de dois meses. Ele admitiu que o imóvel oferecia riscos e que foi vistoriado pela Codesal no ano passado. "Já estava prevista a reforma, que duraria três meses, e tínhamos aler-

tado os lojistas para que deixassem o local, pois não tinha condições de segurança", afirmou.

Com a interdição de trecho da Rua Aristides Milton (Ladeira da Barroquinha), pelo menos 12 lojas foram obrigadas a fechar suas portas ontem pela manhã. A Polícia Militar garantiu o isolamento determinado pela Codesa e a Coelba cuidou de desligar a rede elétrica pública. A interdição pode durar vários dias, uma vez que somente após as análises previstas que os técnicos do Iphan vão fazer no imóvel parcialmente destruído, é que se saberá se há riscos de novos desabamentos na região ou não. (A.F.)

Prejuízo para quem tem comércio

Os três comerciantes que tinham imóveis alugados no andar térreo do prédio nº 2, destruído por um desabamento na manhã de ontem, tiveram perdas que variavam, segundo eles, de R\$ 15 a R\$ 100 mil. Eles culparam principalmente o dono do imóvel, a Associação dos Calveiros Viajantes da Bahia, que teria sido alertada, desde a semana passada, dos riscos de desabamento.

Um dos comerciantes mais exaltados foi Fernando Lopes de Cerqueira, de 60 anos, dono da loja Sadala Baby. Ele disse que perdeu mais de R\$ 100 mil em mercadorias e a tragédia só não foi maior porque o acidente

aconteceu pela madrugada. "Minha loja é frequentada por várias gestantes e crianças. E se fosse durante o dia, seria uma catástrofe", disse. Segundo ele, na véspera, a associação foi alertada sobre os riscos, "e não se fez nada, e agora estamos no prejuízo".